

Relatório da Administração às Demonstrações Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2019
os quais citamos: I - Operações que serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dois bens: a) Alienação das ações da UPI IOG; b) Alienação das ações da UPI Charquadas, imóvel localizado no município de Charquadas; c) Alienação do imóvel localizado no município de Araquara...

Consolidado
Balanco Patrimonial Balanco Projetado
31/12/2019 31/12/2019
PASSIVO Circulante Fornecedores 115.644 115.644
Financiamentos e empréstimos 241.487 241.487
Debitores 120.353 120.353
Salários e encargos sociais 415.283 415.283
Impostos e contribuições a recolher 771.915 771.915
Dividendos a receber 33.744 33.744
Provisão de custos e encargos 115.575 115.575
Adiantamentos de clientes 148.793 148.793
Títulos a pagar 40.668 40.668
Outras contas a pagar 192.443 192.443
Total do Passivo Circulante 2.165.502 2.165.502

Total do Passivo Circulante 2.165.502 2.165.502
Total do Passivo Não Circulante 1.258.675 1.258.675
Patrimônio líquido 1.258.675 1.258.675
Patrimônio líquido dos controladores (52.449) (52.449)
Capital social 412.484 412.484
Gasto com subscrição de ações (3.073) (3.073)
Reserva de capital 180.292 180.292
Reserva de reavaliação 31.188 31.188
Reserva de lucros 335.744 335.744
Créditos quirográficos a converter 99.157 99.157
Prejuízos acumulados (3.861.734) (1.816.434)
Ajuste de avaliação patrimonial (862.396) 842.396
Total do Patrimônio Líquido (2.015.998) 633.743

Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa 575 575
Contas a receber de clientes 135.450 135.450
Títulos e valores mobiliários 33.384 33.384
Estoques 7.360 7.360
Impostos a recuperar 27.135 27.135
Dividendos a receber 73 73
Participações em sociedades 17.772 17.772
Outros créditos 45.972 45.972
Total do Ativo Circulante 249.964 249.964
Ativo Não Circulante Clientes 482 482
Contas a receber de partes relacionadas 67.885 67.885
Títulos a receber 8.862 8.862
Impostos a recuperar 72.867 72.867
Depósitos judiciais 67.834 67.834
Outros créditos 396 1.745.696
Investimentos 260.491 577.603
Imobilizado 272.840 405.658
Intangível 406.558 406.558
Total do Ativo Não Circulante 1.158.215 3.507.926
Total do Ativo 1.408.179 3.757.926

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)
Balanco Patrimonial Balanco Projetado
31/12/2019 31/12/2019
Ativo Circulante Caixa e equivalentes de caixa 575 575
Contas a receber de clientes 135.450 135.450
Títulos e valores mobiliários 33.384 33.384
Estoques 7.360 7.360
Impostos a recuperar 27.135 27.135
Dividendos a receber 73 73
Participações em sociedades 17.772 17.772
Outros créditos 45.972 45.972
Total do Ativo Circulante 249.964 249.964
Ativo Não Circulante Clientes 482 482
Contas a receber de partes relacionadas 67.885 67.885
Títulos a receber 8.862 8.862
Impostos a recuperar 72.867 72.867
Depósitos judiciais 67.834 67.834
Outros créditos 396 1.745.696
Investimentos 260.491 577.603
Imobilizado 272.840 405.658
Intangível 406.558 406.558
Total do Ativo Não Circulante 1.158.215 3.507.926
Total do Ativo 1.408.179 3.757.926

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)
Atividades Operacionais
Prejuízo líquido do exercício (451.099) (311.886) (451.099) (311.886)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa 3.397 4.133 12.200 16.744
Depreciações e amortizações 23.050 32.223 48.757 38.773
Equivalência patrimonial 338.303 190.778 5.678 18.306
Participação de acionistas não controladores 12.972 7.162
Variações monetárias e cambiais 3.729 (12.296) 16.426 1.124
Provisões (reversões) 17.477 167.498 132.874 (2.183)
Aumento sobre Propriedade para Investimento (88.193) 61.277 (238.726) (241.075)
Total do Caixa (Consumido nas) Atividades Operacionais 17.099 64.212 (21.370) (2.188)
Total do Caixa Gerado pelas Atividades de Investimentos 13.796 (34.327) 44.949 (6.501)
Total da (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa (69) (10) (2.019) (975)
Caixa e Equivalentes de Caixa
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa 89 99 2.594 3.569
Ajuste de avaliação patrimonial 29 89 375 2.594
Total da (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa (69) (10) (2.019) (975)

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Total do Ativo Circulante, Total do Ativo Não Circulante, Total do Ativo. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Clientes, Títulos e valores mobiliários, Estoques, Impostos a recuperar, Dividendos a receber, Despesas antecipadas, Outros créditos, etc.

Table with columns: Passivo e Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto), Circulante, Não Circulante, Total do Passivo Circulante, Total do Passivo Não Circulante, Total do Passivo e Patrimônio líquido. Rows include Fornecedores, Financiamentos e empréstimos, Salários e encargos sociais, etc.

Table with columns: Total do Caixa Gerado pelas Atividades de Investimentos, Total da (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa. Rows include Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa, Ajuste de avaliação patrimonial, etc.

Table with columns: Receita Operacional Líquida, Custos dos produtos e serviços, Lucro Bruto, Receitas (Despesas) Operacionais, Despesas de Vendas, etc.

Table with columns: Valor Adicionado A Distribuir, 1. Receitas, 2. Insumos Adquiridos de Terceiros, 3. Valor Adicionado Bruto (Itens 1+2), 4. Depreciação e Amortização, 5. Valor Adicionado Líquido (Itens 3+4), 6. Valor Adicionado Recebido em Transferência.

Table with columns: Total dos Resultados Abrangentes, Partecipação-%, 31/12/2019, 31/12/2018. Rows include IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., Inepar Equipamentos e Montagens S.A., etc.

Table with columns: Capital, Subst. com, Res. de, Debêntures, Quirografários, Ações, Prejuízos, Res. de Atribuição, Custo, Ajuste, Patrimônio líquido, Participação dos, Total Geral do. Rows include Dem. 31 de dezembro de 2017, Dem. 31 de dezembro de 2018, Dem. 31 de dezembro de 2019.

Table with columns: Capital, Subst. com, Res. de, Debêntures, Quirografários, Ações, Prejuízos, Res. de Atribuição, Custo, Ajuste, Patrimônio líquido, Participação dos, Total Geral do. Rows include Dem. 31 de dezembro de 2017, Dem. 31 de dezembro de 2018, Dem. 31 de dezembro de 2019.

Table with columns: Capital, Subst. com, Res. de, Debêntures, Quirografários, Ações, Prejuízos, Res. de Atribuição, Custo, Ajuste, Patrimônio líquido, Participação dos, Total Geral do. Rows include Dem. 31 de dezembro de 2017, Dem. 31 de dezembro de 2018, Dem. 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
1 - Contexto Operacional. A Inepar S.A. Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 76.627.504/0001-06, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas Cadeastro nº 13.988.202/0001-06, inscrita no Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180. A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Inepar ou através de empresas controladas ou ligadas. Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura. No contexto mundial vemos nos últimos anos um excesso de liquidez financeira pronta para ser aplicada em projetos da economia real. Já o atual Governo Brasileiro está comprometido com a atração de capital estrangeiro para viabilizar o crescimento da economia brasileira. Boa parte desses capitais estrangeiros, quando vem para o Brasil, necessitam encontrar parceiros locais para viabilizar seus investimentos. É nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa. Processo Global de Reestruturação e Recuperação Judicial. Em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação. Histórico do período Novembro de 2014 a dezembro de 2019. Os atos da Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014. O plano de recuperação judicial do Grupo foi aprovado por 90% dos credores. Redução do passivo sujeito à RJ de R\$ 1,9 bilhões. Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas convertíveis em ações da INEP3. Com a conversão das debêntures, os credores concursuais passaram a deter 83,5% de participação societária em Inepar S.A. Indústria e Construções. A conversão em ações da Inepar promoveu a liberação de bloques e desonerou 6 ativos não core que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia. Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas convertíveis em ações ordinárias da Companhia (INEP3), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa. Liquidação superior a 90% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial. Durante esse período de recuperação judicial há que se lembrar que o país enfrenta sua mais longa crise econômica financeira, hoje agravada pelo impacto do COVID-19. A Inepar já produziu com o pagamento de aproximadamente R\$ 360 milhões da Classe I relacionadas às obrigações trabalhistas, havendo apenas a tão somente um saldo pendente de pagamento de aproximadamente R\$ 315 milhões relativos ao primeiro biênio dos créditos concursuais, que somados aos R\$ 12 milhões para pagamento a ser realizado da Classe IV, totalizam aproximadamente R\$ 13 milhões para que possam decretar o fim da RJ do Grupo Inepar. Já concluímos com o pagamento de aproximadamente R\$ 15,5 bilhões das suas obrigações da Classe III - créditos quirográficos, com o lançamento de valores mobiliários (ações e debêntures perpétuas convertíveis em ações) e com o prosseguimento do lançamento complementar dos valores mobiliários da Classe I (ações e debêntures perpétuas convertíveis em ações) da Inepar S.A. Indústria e Construções. (i) Venda da participação acionária da IESA na planta de Araquara, para a empresa IESA, em 11/05/2018. Atualmente, nos autos da Recuperação Judicial está em trâmite o processo de alienação da UPI IOG e UPI de Charquadas, bem como de parte da Planta Araquara, processo este que se iniciou com a publicação do Edital de Oferta Pública em 26.02.2019, tendo sido homologada a Proposta de Aquisição em decisão proferida em 27.03.2020 e publicada em 15.04.2020, estando em curso o prazo para realização de diligências, celebração do instrumento de compra e venda e pagamento do depósito inicial previsto na proposta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial. O valor do negócio de R\$ 370 milhões inclui atualizações monetárias. Dentro desse contexto, com o objetivo de manter a continuidade da operação com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com o plano de recuperação judicial, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre

ações de execução, cobrança e indenização. **Contrato com a Tupi BV/PNBV:** O contrato assinado entre a IESA Óleo & Gas S.A. e a Tupi B.V. ("TUPI") em 26/07/2012, com aditivos posteriores, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), com os grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V., Conforme previsto em cláusula contratual, foi instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos decorrentes dessa rescisão unilateral, abrangendo, principalmente, registros de custos a receber, adiantamentos a fornecedores, estoques, provisão para custos a incorrer. **Nota 23 - Provisão para Passivo a Descoberto.** Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$1.327.252 (R\$1.103.780 em 31/12/2018) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Inovadora Participações S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Delft Administração e Participações S.A.	-	-	-	3.662
Obrigações imóvel de Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisão de diversas obrigações a pagar (a)	36.574	19.050	97.604	62.356
Swiss Re Corporate (b)	17.240	11.674	17.240	11.674
Andritz Hydro (c)	75.564	70.457	75.564	70.457
Total	132.378	104.181	193.408	151.149
Circulante	132.378	95.495	192.443	141.539
Não circulante	-	8.686	965	9.610

a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial. b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A., através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital. c) Refere-se ao saldo a pagar para Andritz Hydro S.A. por conta da transferência de créditos tributários que estão sendo utilizado pela Inepar para liquidação da parcela inicial de até 20% do Programa REFS da Lei nº 12.996/14. Este valor será liquidado em 60 parcelas mensais. **Nota 25 - Patrimônio Líquido. a) Capital Social:** O Capital Social integralizado é de R\$412.484, formado por 4.812.385 ações ordinárias e 3.156.808 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76. **b) Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$180.292 e está assim composta: - Conforme a 8ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão parcial de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.271 e R\$79.707 para a formação de reserva de capital. - Conforme a 8ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$79.614, mediante a emissão parcial de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$4.049 e R\$75.565 para a formação de reserva de capital. - Conforme a 8ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital. **c) Reserva de Reavaliação:** (i) De Ativos Próprios: E constitui em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes. A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização. **d) Debêntures Perpetuas:** As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$335.741 e estão assim compostos: - Conforme a 8ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 8ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1.000 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$167.234 para a 8ª emissão e de R\$66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor. - Conforme a 8ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$10.268 para a 8ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor. - No exercício foram convertidas em ações ordinárias 8.072, em substituição às debêntures perpétuas. - Conforme a 8ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550. - Conforme a 8ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$6.507. **e) Créditos Quirográficos a converter:**

Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$99.157 Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia. **f) Ajustes de avaliação patrimonial:** Apresenta o saldo de R\$842.396, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$789.723, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirográficos em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro. **g) Destinação do Lucro:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Nota 26 - Resultado Por Ação Numerador

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(189.072)	(138.974)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(262.027)	(172.912)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(451.099)	(311.886)

Denominador (em milhares de ações)

	31/12/2019	31/12/2018
Quantidade de ações preferenciais emitidas	3.157	3.157
Quantidade de ações ordinárias emitidas	4.812	4.320
Total	7.969	7.477

Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações

	31/12/2019	31/12/2018
Ação preferencial	(59.893)	(44.024)
Ação ordinária	(54.448)	(40.022)

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Nota 27 - Receita Operacional Líquida

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Vendas mercado interno	15.686	56.560
(-) Impostos sobre as Vendas	(2.543)	(7.693)
Receita de Vendas	13.143	48.867

Nota 28 - Despesas e Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Juros sobre impostos e contribuições	(25.029)	(19.327)	(47.941)	(39.642)
Juros / despesas bancárias	(49.107)	(7.225)	(73.910)	(22.815)
Atualizações de Mútuos Passivos	-	-	556	(688)
Variação monetária passiva	(28)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(2.613)	-	(2.632)	(12.379)
Variações cambiais	(54)	(6.224)	(728.146)	-
Total	(76.749)	(26.634)	(139.071)	(353.670)

Receitas Financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de aplicações financeiras	1	14
Receitas atualizações debêntures	989	1.987
Juros auferidos	638	2
Variações monetárias ativas	1.600	4.183
Atualizações de Mútuos Ativos	-	512
Outras receitas financeiras	1.052	273
Variações cambiais	99	3.557
Total	3.228	7.793

Nota 29 - Cobertura de Seguros (Não Auditada). As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão seguros através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revistas pelos nossos auditores independentes.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

os parágrafos de abstenção de opinião, incertezas e ênfases apontados no parecer pelos auditores independentes acima mencionados, a saber: **1. Abstenção de Opinião sobre as demonstrações financeiras;** **2. Base para abstenção de opinião (valores em milhares de Reais - R\$);** **2.1 Incerteza significativa relacionada a continuidade operacional;** **2.2 Limitações de escopo de auditoria;** **3. Ênfases (valores em milhares de Reais - R\$) 3.1. Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas;** **3.2. Impostos e Contribuições a recolher;** **4. Outros Assuntos : 4.1. Demonstração do Valor Adicionado (DVA); 4.2 Auditoria do**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

seus possíveis efeitos nas suas demonstrações financeiras nessa data. **2.2. Realizações financeiras** de imobilizado e de intangível- Em 31/12/2019, a Companhia e suas Controladas diretas IESA Óleo & Gas S.A e IESA Tecnologia e Transportes S.A., possuem saldos contábeis registrados nas rubricas do seu Imobilizado e do Intangível, pelas cifras de R\$139.071 e R\$15.045, respectivamente. Em função dos sucessivos prejuízos operacionais, apurados pela Companhia e suas controladas, tornou-se necessário efetuar avaliação de impairment desses ativos. Contudo, além da inexistência de séries históricas consistentes, o plano de negócio desenvolvido pela Companhia e suas controladas considera cenários compostos por premissas vinculadas e ocorrências de eventos futuros, tais como a retomada das operações no segmento ou a venda destes ativos, cujo valores não podem ser mensurados com confiança. Essas limitações nos impedem de concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor de realização dos citados saldos contábeis, bem como a eventual complementação da "Provisão para passivo a descoberto", nas demonstrações financeiras. **2.5. Não auditoria nos Consórcios e dos Custos dos serviços prestados e despesas incorridas e mantidas na Controladora IESA Óleo & Gas S.A.** No exercício findo em 31/12/2019, não foram auditados os custos e despesas registrados nos consórcios mantidos na UPGN - Comperj, Consórcio OGG-HDT - Comperj, Consórcio QI-Reduce - Pellas, Consórcio Caraguatubá-UTGCA, cujas cifras contábeis nessa data totalizam R\$4.437, os quais não impediram aditá-las nessa data. **2.2.6. Cancelamento de contrato de fornecimento da Controlada IESA Óleo & Gas S.A para o cliente Tupi BV/ Petrobras** - Conforme descrito na nota explicativa nº22, as demonstrações financeiras, o contrato de fornecimento de grandes equipamentos flutuantes para produção, estocagem e transferência de petróleo foi rescindido unilateralmente pelo cliente. Conforme previsto em cláusula contratual, está instaurado processo de arbitragem internacional para apuração dos valores definitivos de Contas a receber de R\$117.544. Provisão passiva de custos e encargos de R\$112.415 e Adiantamentos passivos sobre encomendas de R\$83.340. Em 31/12/2019, essas limitações nos impedem de concluir quanto a adequação desses saldos contábeis nas demonstrações financeiras. **3. Ênfases (valores em milhares de Reais-R\$).** Apresentamos a seguir, as ênfases para o exercício findo em 31/12/2019, os assuntos descritos na seção "Ênfases" em nosso relatório de auditoria: **3.1. Saldos contábeis e transações mantidos com Partes relacionadas** - Em 31/12/2019, conforme mencionado na nota explicativa nº21, a Companhia e suas Controladas mantêm saldos e transações por valores significativos com partes relacionadas que podem ser diferentes daqueles que seria obtido de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. **3.2. Impostos e Contribuições a recolher** - Em 31/12/2019, como demonstrado na Nota Explicativa nº 17, a Companhia e suas Controladas efetuou a provisão para contingências, abrangendo o seu conhecimento tributário nos termos da Lei nº 13.988/2019 (Conversão da MP.899/2019), regulamentada pela Portaria PGF nº 9.917/2020. Para essa data, os cálculos efetuados pela Companhia, ainda em fase de homologação pela Secretaria de Receita Federal e respectiva contabilização dessa provisão contemplam a redução integral de multas e juros à razão de 50%. **4. Outros assuntos** - **4.1. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** - Foram controlados para examina a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Não expressamos uma opinião sobre essa Demonstração do valor adicionado (DVA), pois, devido à relevância de auditoria assuntos descritos na seção acima intitulada "Base para Abstenção de Opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa Demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório

Nota 30 - Benefícios a Empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários	1.710	1.584	34.363	34.910
Gastos Previdenciários	1.407	1.549	6.610	10.348
Total	3.117	3.133	40.973	45.258

Nota 31 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração. Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração de Conselheiros	588	1.124	640	1.180
Remuneração de Diretores	1.076	1.108	4.584	3.172
Total	1.664	2.232	5.224	4.352

Nota 32 - Informações por Segmento. As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Geração / Equipamentos		Gás/outros		Total
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Receita bruta total	15.424	15.424	262	15.686	
Impostos/Deduções	(2.512)	(2.512)	(31)	(2.543)	
Custos dos Produtos e Serviços	(6.706)	(4.437)	(11.143)	-	
Total	6.206	4.206	2.000	2.000	

Nota 33 – Tratativas que irão gerar Eventos Subsequentes: A Administração da Companhia está em fase de negociação com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações correntes. As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens: a) Alienação das ações da UPI IOG; b) Alienação das ações da UPI Charqueadas, imóvel localizado no município de Charqueadas; c) Alienação do imóvel situado no município de Macaé; d) Alienação de parte da UPI IPIM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araruama. Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. f) A IESA Óleo & Gas S.A. instaurou arbitragem contra a TUPI-BV E PNBV, visando o ressarcimento dos valores devidos pelo cancelamento unilateral do contrato. A Companhia está empenhada em atender todas as demandas do Plano de Recuperação Judicial, visando em data futura a saída da recuperação judicial. g) Conforme aviso aos acionistas a Inepar S.A. Indústria e Construções e em conformidade com o § 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e a Instrução CVM nº 358, de 03/01/02, comunicou aos seus acionistas e ao mercado que a Companhia, IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. vem mantendo tratativas há aproximadamente quatro meses com a GEOTERRA EMPREENDIMENTOS E TRANSPORTES S.A. ("GEOTERRA") que representa interesses de um conjunto de empresas da República de Belarus, Rússia, China e Alemanha, para a compra, na forma de UPI (Unidade de Produção Independente), da unidade da IESA localizada em Araruama. Até a presente data, ainda não foi concretizada a referida operação. h) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura. i) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes. j) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos. k) Finalização do trabalho de redução dos passivos fiscais com a análise detalhada de todos os valores que estão em cobrança na atualidade. **Nota 34 - Eventos Subsequentes.** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o SARS-CoV-2 (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revista. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 5 sobre riscos de mercado, não há exposição significativa à variação cambial. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro
Manoasser Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Atilano de Oms Sobrinho, Cesar Romeu Fiedler, Di Marco Pozzo, Valdir Lima Carreiro,
Irajá Galliano Andrade, Carlos Alberto Del Claro Gloger, Márcio Barreira Campello
CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417-0-6

O Conselho Fiscal da INEPAR S/A INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, no uso de suas atribuições legais, examinou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019. Com base nos exames efetuados e considerando, ainda, a abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras dos auditores externos RSM Brasil Auditores Independentes S/S, datada de 26 de junho de 2020, bem como as informações e esclarecimentos que os mesmos prestaram, devem ser consideradas as informações complementares constantes da ata, deste Conselho Fiscal, desta data e

exercício precedente findo em 31/12/2018 (Relatório por nós emitido em 21/06/2019); 5 Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor; 6 Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras; 7 Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Os conselheiros por unanimidade optam pela abstenção de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Curitiba, 02 de julho de 2020. Adrian Monge Jara; Bernardo Corazza; Rubens Gerick; Sergio Tomaz Crestani – Suplente de José Higinio Buczenko.

Aos Acionistas e Administradores da Inepar S.A. Indústria e Construções- Em Recuperação Judicial, Curitiba - PR. **1. Abstenção de Opinião sobre as demonstrações financeiras.** Examinamos as demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústria e Construções-Em Recuperação Judicial ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado dos relatórios abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. Includo o resumo das principais políticas contábeis. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústria e Construções-Em Recuperação Judicial, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para Abstenção de Opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2019, desempenho no trabalho sobre operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **2. Base para abstenção de opinião (Valores expressos em milhares de Reais-R\$).** **2.1. Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional-** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas: Inepar, Equipamentos e Montagens S.A., IESA Projetos e Montagens S.A., IESA Óleo e Gás S.A encontram-se em Recuperação Judicial desde o ano de 2014, e o plano da RJ apresentado pelo Grupo Inepar foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Em 31/12/2019, as demonstrações financeiras foram preparadas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que previu a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Nessa data, a Companhia apresentou no consolidado prejuízo no exercício de R\$464.071, passivo a descoberto de R\$2.015.998 e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$1.177.063. Ademais, as diretrizes de curto prazo traçadas no Plano de Viabilidade Econômico-Financeira e Comercial do Grupo Inepar não se concretizaram até a presente data. A efetiva execução do plano de recuperação aprovado definirá a perspectiva de Companhia fazer face aos seus compromissos de curto e de continuidade normal às suas operações. **2.2. Limitações de escopo de auditoria-** Em 31/12/2019, compreendem os assuntos descritos a seguir, no subitem 2.1, e 2.2.6. **2.1. Não auditoria** no investimento mantido na Controlada Penta Participações e Investimentos Ltda e na IESA Tecnologia e Transportes S.A. Em decorrência dessas limitações, não podemos nos afirmar quanto aos saldos contábeis do investimento mantido na Controladora de R\$171.377 e R\$833.071 e das garantias contábeis relativas a essas operações. **2.2.2. Limitação sobre as demonstrações financeiras consolidadas** dessa data. **2.2.2. Limitação sobre as demonstrações financeiras consolidadas** dessa data. **2.2.2. Limitação sobre as demonstrações financeiras consolidadas** dessa data. **2.2.2. Limitação sobre as demonstrações financeiras consolidadas** dessa data. **2.2.3. Investimentos mantidos em Coligadas.** Não nos foram apresentados os dados de trabalho que suportam os relatórios dos auditores independentes das coligadas indiretas Quip S.A. RIG Oil & Gas Contractors Inc. e OGI Oil & Gas Inc, cujo percentuais de participação indiretas são de 11,66%, 14,66% e 17,60%, respectivamente. Adicionalmente, obtemos os relatórios dos auditores independentes das respectivas coligadas indiretas. Isto posto, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação dos saldos registrados nas rubricas de Investimentos, Provisão para passivo a descoberto e Resultado de equivalência patrimonial e

financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **4.2. Auditoria do exercício precedente findo em 31/12/2018 (relatório de auditoria por nós emitido em 21/06/2019).** As correspondentes demonstrações financeiras foram por nós auditadas e o nosso relatório de auditoria abordaram os assuntos por nós mencionados nos itens 2.2. Limitações de escopo de auditoria e 3. Ênfases- subitem 3.1 e quanto ao prazo de prescrição de tributos. **5. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está adequadamente formado, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção de eventos no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **6. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como pelos controles internos que determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente ser causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e de suas controladas ou essas suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com encerramento das operações sob supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. São Paulo, 26 de junho de 2020.